

CONSIDERAÇÕES SOBRE O ESPAÇO RURAL A PARTIR DO ENFOQUE ECONÔMICO DA PAISAGEM E DO TERRITÓRIO

Sergio Fajardo

Professor do Departamento de Geografia
UNICENTRO (Guarapuava - PR)
sergiofajardo@hotmail.com

RESUMO

O objetivo desse trabalho é estabelecer correlações existentes entre a paisagem e o território nos estudos sobre organização do espaço rural. Do mesmo modo que o espaço, numa visão geográfica, é amplo e dinâmico, sofrendo uma série de transformações na sua construção e produção a partir das inter-relações entre a sociedade e a natureza, a paisagem também possui esse caráter dinâmico, ainda que muitas abordagens enxerguem a mesma apenas superficialmente limitando-se aos aspectos visíveis do real. O caráter produtivo é que direciona a produção do espaço rural. A manifestação concreta das transformações econômicas no rural está presente na paisagem.

Palavras-chave: Espaço rural; paisagem; território; territorialidade econômica; geografia agrária.

CONSIDERATIONS ON THE RURAL AREA FROM THE ECONOMIC FOCUS OF THE LANDSCAPE AND THE TERRITORY

ABSTRACT

The aim of this work is to establish correlations between the landscape and the territory in studies on organization of rural areas. Similarly the space, a geographical vision is broad and dynamic, undergoing a series of transformations in its construction and production from the inter-relationship between society and nature, the landscape also has this character dynamic, although many approaches observing it only superficially confined to the visible aspects of reality. The productive character that directs the production of rural areas. The concrete manifestation of the economic transformations in the countryside is in the landscape.

Key word: Rural Area, landscape, territory, territorial economic, agrarian geography.

INTRODUÇÃO

Os recortes analíticos podem ser feitos a partir de uma diversidade de leituras e abordagens e correntes de pensamento. Conceitos como o próprio espaço, o território, a região, o lugar e a paisagem, permitem tratamentos distintos. O conceito de paisagem aparece aqui como uma das possibilidades de análise da realidade do espaço.

Ao tratar do conceito de paisagem dentro da ótica da estruturação territorial no campo, temos que atentar ao significado dos termos trabalhados para que não haja confusão entre abordagens distintas, tendo em vista a própria imprecisão na diversidade conceitual. A terminologia "rural" na origem do significado latino "*rus*", campo, tem duas acepções reconhecidas, uma no sentido de zona dedicada à exploração agrícola e outra como o termo que se opõe ao urbano.

Atualmente uma tendência geral aponta para a segunda acepção (campo em oposição à cidade), a qual diferencia o rural de agrícola, criando a possibilidade de existirem zonas rurais não agrícolas (RIBAS VILAS, 1992, p.249). Bertrand (1971, p. 2) considera que paisagem não pode ser uma simples adição de elementos geográficos disparatados, mas consiste determinada porção do espaço resultado de combinação dinâmica de elementos físicos, biológicos e antrópicos.

Recebido em 18/05/2010

Aprovado para publicação em 14/06/2010

“Partindo dessa definição, o campo, ou espaço agrário, pode ser inserido dentro da visão de “paisagem total” ou integrado”. Como o próprio Bertrand (1971) refere-se à problemática, inclusive de cunho metodológico, de se analisar paisagens profundamente humanizadas como as paisagens urbanas. Nesse caso o meio rural surge numa situação um tanto privilegiada no tratamento sistêmico em comparação com o urbano ou mesmo o natural.

A paisagem rural evidencia a influência tanto de elementos bióticos e abióticos, como antrópicos (RIBAS VILAS, 1992, p. 250). No espaço rural, a base física, territorial, encontra-se materializada na paisagem conformada pela combinação desses elementos com as atividades humanas, sobretudo os processos econômicos.

O espaço rural, em sendo uma criação humana permanente, é dependente das populações camponesas que nele vivem e cultivam, e também de uma parte da burguesia urbana que detém seu domínio imobiliário e político, mas ele não pode existir fora das condições naturais, por também ser uma realidade ecológica. (PASSOS, 2001, p. 10).

As questões ambientais, cada vez mais, suscitam a discussão ecológica sobre a destruição de paisagens naturais por meio do impacto antropico. Por sua vez, o território, numa abordagem econômica, é usualmente compreendido como base territorial física, seja na visão tradicional (geopolítica) de território de um Estado- Nação, seja na compreensão do espaço terrestre, enquanto superfície do planeta (MORO, 1991, p. 34), sob a qual se assenta uma sociedade. Numa economia globalizada, o processo econômico fica cada vez mais evidenciado nas transformações territoriais. As lógicas externas é que passam a comandar, (SANTOS, 2002, p.8-9), orientando as modificações na paisagem, organizam o espaço agrário. Onde se observa que a perda da autonomia local também reflete na perda da autonomia em termos de territorialidade. Assim, uma agricultura científica constituída na lógica global, pode ser identificada.

Cabe discutir sobre como essas possibilidades de leitura do espaço agrário, via paisagem (rural) ou território econômico, ou a combinação de ambas, permitem a melhor compreensão da organização espacial no meio rural. Tendo por bases essas reflexões é que estão aqui questionados os fundamentos teórico-metodológicos mais recorrentes.

OBJETIVOS

O trabalho visa discutir as relações existentes entre a paisagem rural e o território econômico como forma de compreender a organização espacial agrária. Do mesmo modo que o espaço, numa visão geográfica, é amplo e dinâmico, sofrendo uma série de transformações na sua construção e produção a partir das inter-relações Sociedade/Natureza, a paisagem também possui esse caráter dinâmico, ainda que muitas abordagens enxerguem a mesma apenas superficialmente limitando-se aos aspectos visíveis do real.

Essa possibilidade de leitura do espaço rural via paisagem (rural) ou território econômico, ou a combinação de ambas permite a melhor compreensão da organização espacial no meio rural. Tendo por bases essas reflexões é que estão aqui questionados alguns fundamentos teórico-metodológicos recorrentes.

REFERENCIAL TEÓRICO

Paisagem rural e território

A paisagem rural evidencia a influência tanto de elementos bióticos e abióticos, como antrópicos (RIBAS VILAS, 1992, p. 250). No espaço rural, a base física, territorial, encontra-se materializada na paisagem conformada pela combinação desses elementos com as atividades humanas, sobretudo os processos econômicos.

Por sua vez, o território, numa abordagem econômica, é usualmente compreendido como base territorial física, seja na visão tradicional (geopolítica) de território de um Estado-Nação, seja na compreensão do espaço terrestre, enquanto superfície do planeta (MORO, 1991, p. 34), sob a qual se assenta uma sociedade. Numa economia globalizada, o processo econômico fica cada vez mais evidenciado nas transformações territoriais. As lógicas externas é que passam a comandar, (SANTOS, 2002, p.8-9), orientando as modificações na paisagem, organizam o, comandar, (SANTOS, 2002, p.8-9), orientando as modificações na paisagem, organizam o, (SANTOS, 2002, p.8-9), orientando as modificações na paisagem, organizam o espaço agrário.

Onde se observa que a perda da autonomia local também reflete na perda da autonomia em termos de territorialidade. Assim, uma agricultura científica constituída na lógica global, pode

ser identificada. Ao tratar do conceito de paisagem dentro da ótica da estruturação territorial no campo, temos que atentar ao significado dos termos trabalhados para que não haja confusão entre abordagens distintas, tendo em vista a própria imprecisão na diversidade conceitual. A terminologia “rural” na origem do significado latino “*rus*”, campo, tem duas acepções reconhecidas, uma no sentido de zona dedicada à exploração agrícola e outra como o termo que se opõe ao urbano.

Atualmente uma tendência geral aponta para a segunda acepção (campo em oposição à cidade), a qual diferencia o rural de agrícola, criando a possibilidade de existirem zonas rurais não agrícolas (RIBAS VILAS, 1992, p.249). Bertrand (1971, p. 2) considera que paisagem não pode ser uma simples adição de elementos geográficos disparatados, mas é o resultado da combinação dinâmica de elementos físicos, biológicos e antrópicos, num conjunto indissociável e em evolução perpétua. “Partindo dessa definição, o campo, ou espaço agrário, pode ser inserido dentro da visão de “paisagem total” ou integrado”.

Como o próprio Bertrand (1971) refere-se à problemática, inclusive de cunho metodológico, de se analisar paisagens profundamente humanizadas como as paisagens urbanas. Nesse caso o meio rural surge numa situação tanto privilegiada no tratamento sistêmico em comparação com o urbano ou mesmo o natural.

No meio rural, onde implicações antrópicas são sobremodo percebidas na formação das paisagens. Em termos de um território econômico, o espaço agrário possui a peculiaridade de incorporar recursos naturais na sua constituição. No estudo em questão o solo é o recurso mais significativo. Entretanto os recursos hídricos, a energia solar e eólica, a vegetação enfim influenciam diretamente nas atividades humanas no campo.

Debido a que los recursos se definen por los conocimientos y tecnologías disponibles y por las necesidades cambiantes de la sociedad, se concluye que lo que puede considerarse un recurso en un lugar y en un momento dado, puede no serlo en otro lugar o en otro tiempo. Asimismo, también aparecen otros nuevos en función de las posibilidades de aprovechamiento por parte del hombre (RIBAS VILAS, 1992, p. 252).

Na produção agrícola, a exploração dos recursos se processa no uso do potencial ecológico pela exploração biológica. O espaço rural, em sendo uma criação humana permanente, é dependente das populações campesinas que nele vivem e cultivam, e também de uma parte da burguesia urbana que detém seu domínio imobiliário e político (PASSOS, 2001, p. 10). Mas ele não pode existir fora das condições naturais, pois, é realidade ecológica que comporta elementos naturais (relevo, clima, solo, águas, vegetais,...) e sua análise situa-se a jusante do fato humano.

As questões ambientais, cada vez mais, suscitam a discussão ecológica sobre a destruição de paisagens naturais por meio do impacto antrópico. O progresso técnico oferece ao homem a capacidade de modificar profundamente a paisagem (RIBAS VILAS, 1992, p. 253). E no intuito de satisfazer suas necessidades sócio-econômicas há uma interferência desmedida das atividades humanas.

A preocupação ambiental levanta, desse modo, a discussão sobre paisagens. Muitos estudos de ordem econômica deixam um pouco de lado, chegando até a desconsiderar essa vertente, questões ambientais ou elementos naturais. Quando considerada mera externalidade, a condicionante ambiental aproxima-se da visão de paisagem dos economistas. É óbvio que transformações econômicas repercutem diretamente nos processos e na dinâmica dos sistemas naturais e nas características morfológicas das paisagens. Podemos citar os impactos das atividades agrícolas e agroindustriais no espaço agrário.

A eliminação ou a substituição da cobertura vegetal atua na produção da biomassa e na defesa dos solos; a construção de áreas urbanas e agrícolas interfere no balanço hídrico e energético; a intensidade da irrigação e o consumo de águas pelas populações urbanas (com suas atividades industriais) repercutem no volume e regime fluvial; o uso de fertilizantes e agrotóxicos incide nas reações químicas do intemperismo, na qualidade das águas e na vida das plantas e animais; as escavações, cortes e aterros interligam o transporte de sedimentos e se refletem na morfologia topográfica. (CHRISTOFOLETTI, 1987, p. 125).

O valor dos elementos naturais, interagindo com os sociais, econômicos e culturais, por vezes envolvendo conflitos, na conformação das paisagens rurais não pode ser ignorado.

Frequentemente as conseqüências das atividades humanas são menos diretas e inesperadas; estas podem ser difíceis de detectar ou perdidas no tempo e no espaço. Para fornecer um exemplo relativamente claro o desmatamento para a agricultura ou a extração de madeira frequentemente conduz à erosão e à disposição do silte à jusante da bacia de drenagem por longos períodos. Assim os habitats ribeirinhos podem ser alterados e os reservatórios das represas soterrados. (RICKLEFS, 1996, p.420).

As atividades humanas podem manter, elevar ou reduzir a qualidade da paisagem como “lar do homem”. Se se deseja é a sua conservação ou desenvolvimento equilibrado, obtendo do seu uso racional um ótimo aproveitamento, é imprescindível considerar os elementos estruturais da paisagem nas ações de planejamento que incidem sobre ela (RIBAS VILAS, 1992, p. 255-256). No caso das atividades agrícolas e agroindustriais (estudadas na pesquisa), estas estão inseridas num processo econômico que altera profundamente as características da paisagem, por exemplo ativando ou desencadeando erosões, modificando a vegetação ou o solo (BERTRAND, 1971, p. 19).

Num ponto de vista diferente da visão sistêmica, Santos (1996) entende a paisagem simplesmente como “forma”. Ou seja, a materialização de um instante da sociedade, portanto algo estático frente à dinâmica espacial:

A paisagem é relativamente permanente, enquanto a espacialização é mutável, circunstancial, produto de uma mudança estrutural ou funcional. A paisagem precede história que será escrita sobre ela ou se modifica para acolher uma nova atualidade, uma inovação. A espacialização é sempre presente, um presente fugindo, enquanto paisagem é sempre passado, ainda que recente. O espaço é igual à paisagem mais a vida nela existente; é a sociedade encaixada na paisagem, a vida que palpita conjuntamente com a materialidade (SANTOS, 1996, p. 73).

Ainda que essa visão manifeste uma oposição à compreensão dinâmica da paisagem na visão sistêmica, a mesma ilustra uma interpretação sócio-econômica do espaço que também insere a paisagem como categoria de análise. Como conceito operacional, a paisagem oferece uma leitura do espaço geográfico. Elementos naturais ou tecnificados estarão presentes.

Por outro lado, a análise sistêmica compreende o espaço rural enquanto “agrossistema”. “O espaço rural é, portanto, um ecossistema, ou seja, uma entidade ou uma unidade natural que inclui as partes vivas para produzir um sistema estável no qual as trocas entre as duas partes se inscrevem em caminhos circulares.” (PASSOS, 2001, p. 17). Desse modo a paisagem rural representa a complexidade de um sistema agrícola. Ela vai muito além das formas e a complexidade de sua dinâmica ultrapassa o viés econômico.

Mesmo que se adote, por exemplo, o ponto de vista dialético, o meio natural (a primeira natureza) encontraria seu *locus* através do entrelaçamento que possui, pela teia de relações com a sociedade (MENDONÇA, 1991, p. 23). A paisagem rural significa então, o lugar onde se estabelece o encontro entre os processos naturais e humanos no espaço.

TERRITÓRIO ECONÔMICO ESPAÇO RURAL

Ao planejar o território, a sociedade traça políticas de desenvolvimento econômico, regional e também ambiental onde, de modo geral, os objetivos econômicos de crescimento e sustentabilidade do consumo, são preponderantes. A exploração dos recursos naturais exemplifica essa preocupação constante. Por essa razão, o planejamento e a atuação no espaço (a discussão teórico-conceitual está aí embutida), sem ter com conta uma visão integrada do mesmo, onde a paisagem compõe elementos e processos da natureza e das atividades humanas, parece incorrer no erro de desligar as inter-relações (e renegar a própria Geografia como ciência da interface Sociedade/Natureza) essenciais para a compreensão do espaço como um todo. De uso comum (e até mesmo banalizado) o termo território remete à terra, terreno. Admitindo o território enquanto conceito delimitado e definido por, e a partir de relações de poder (SOUZA, 2003, p. 78), sob a ótica produtiva, as relações de poder assumem-se como processos geradores de territórios. O dinheiro sendo meio e poder gerais (MARX, 1978, p. 31) resulta assim num veículo efetivo de transformações espaciais.

Um território nacional (visão considerada restritiva e carrega de ideologia por Souza, 2003 p. 80), assim, abrange além do discurso ideológico característico, uma apropriação econômica que consiste, muitas vezes, nos próprios objetivos da territorialidade. De acordo com a visão de Raffestin (1993, p. 58) “o poder visa o controle e a dominação sobre os homens e sobre as

coisas". Nesse sentido, o poder exerceria sua ação, por meio dos trunfos: a população o território ou os recursos.

A relação entre estes, ou ainda, no controle, domínio, apropriação ou influência do poder sobre um dos mesmos, é materializado na transformação territorial. Saquet (2004, p.126) aponta como uma das contribuições de Raffestin para a discussão do conceito de território, a sinalização que o mesmo dá às questões dos recursos naturais como instrumentos de poder.

Se admitirmos que: "Toda e qualquer produção é apropriação da natureza pelo indivíduo, no quadro e por intermédio de uma forma de sociedade determinada" (MARX, 1983, p. 205), a produção, que é coletiva, representada no processo econômico, tem na base física territorial ponto de partida para a efetivação das territorialidades, concretizadas nas formas e estruturas espaciais distintas. Ou seja, a exploração da natureza continuaria sendo um dos sustentáculos da construção econômica do território.

No caso da economia capitalista, isso se exemplificaria na divisão territorial do trabalho e nas especializações produtivas. Entretanto do mesmo modo em que o conceito de um território econômico poderia ser identificado aqui, a região surge ainda como uma das possibilidades de leituras desse mesmo espaço. E, desse modo, apresenta-se a necessidade de esclarecimentos que evitem ambigüidades conceituais. O sentido físico do termo território (fonte de recursos) apesar de superado, ainda persiste (HAESBAERT, 2004, p. 57).

A abordagem econômica do território envolve um jogo de forças no qual o poder, seja exercido pelo Estado ou por empresas, não ignora assim a natureza enquanto recurso. Raffestin (1993, p.58) exemplifica: "Assim, os conflitos de fronteira entre Marrocos e a Argélia não teriam apresentado um caráter violento se a posse do minério de ferro existente na zona contestada não houvesse sido o verdadeiro triunfo".

A concepção, que privilegia a dimensão econômica do território, representa a assimilação de uma perspectiva materialista. Tal modo de encarar o território, muitas vezes chega a ser evitado, pela Economia Regional, por exemplo, que acaba utilizando-se de termos como espaço, espacialidade e região. Exceção seriam alguns geógrafos que incorporam o território econômico nas suas análises espaciais (HAESBAERT, 2004, p. 58).

O uso da terminologia para designar a base física, superficial, tende a uma depreciação da amplitude do conceito de território. O espaço ou a espacialidade encontram-se como sinônimos do que é "geográfico", enquanto o território é encarado como superfície terrestre. Em termos de territorialidade econômica, as empresas, ao lutar pela posse de mercados, concorrem na disputa por território.

Na perspectiva de um mercado global mais acirrada fica então a competição. Se as empresas controlam "seres e coisas", e não apenas o aparelho da sua produção (RAFFESTIN, 1993, p. 59), as mesmas constroem sua territorialidade (materializada). Mas será essa materialidade econômica o fator dominante na estruturação do território? A discussão poderia partir do seu caráter funcional.

Ou seja, as relações de poder envolvidas, ainda que esse tenha extremo vínculo político, que, muito mais que discursivo ou conceitual, abrangem a esfera concreta e efetiva das decisões e delineamentos na orientação das territorialidades. Do ponto de vista dos agentes presentes, os aspectos culturais não podem ser descartados no jogo das combinações que faz o campo político das ações.

O território possui na materialidade o fundamento do seu sustento econômico (SOUZA, 2003, p. 108), mas também é suporte material das existências. Para Santos (1997b, p. 150) o território brasileiro, tomado como exemplo, torna-se mais fluído com as redes de circulação e transporte expandidas nas regiões mais desenvolvidas. O caso de São Paulo, por exemplo, é representativo da presença em todo território informatizado brasileiro numa economia globalizada. Tal fato tem como consequência: "[...] a segmentação vertical do mercado enquanto território e uma segmentação vertical do território enquanto mercado na medida em que os diversos agentes sociais e econômicos não utilizam o território de forma igual." (SANTOS, 1997, p. 157).

Haesbaert (2004, p.60-61) expõe a visão de Milton Santos, de um "território de todos", que retoma as idéias de François Perroux, onde esse território é correspondente ao "espaço banal". Essa discussão é extremamente interessante, já que permite conhecer claramente o conceito trabalhado por Santos, equivale-se ao "território usado", quase um sinônimo de espaço

geográfico. Assim, o desenvolvimento econômico resultaria num processo de organização, reorganização e mesmo desorganização do espaço a partir de “pólos dinâmicos” (como em Perroux), mas por esse mesmo ponto de vista as territorialidades e desterritorialidades aproximam-se, ainda que os termos não sejam utilizados.

O território econômico traduz-se, assim, no espaço das “horizontalidades” cujos objetos, os fixos e os fluxos materializados na estrutura espacial, incorporam também as transformações regionais. Nesse sentido, a abrangência vai além do econômico e fatores de ordem política, cultural e social, estão mais presentes na forma de agentes que dinamizam todo processo. Na visão de Santos (1997b, p. 50-55) o território compreendido tanto como territórios nacionais ou como a base física e espacial, da produção, se vê afetado pela lógica global das transformações na atualidade.

A divisão territorial e social do trabalho é fortalecida na mundialização do espaço geográfico, onde as mesmas horizontalidades compartilham o cotidiano territorial. O espaço, numa perspectiva materialista, como mercadoria ou sistema de relações espaciais numa totalidade, onde os valores de uso ditam a ótica da organização espacial, só pode ser amplamente entendido se observado o espaço geográfico como um todo.

Expresso na forma de território, o espaço geográfico torna-se um apêndice do desenvolvimento social. A idéia de que as coisas acontecem “num espaço” não é somente um hábito do pensamento, mas também um hábito da linguagem, e apesar de seu apelo ao absoluto, o espaço natural é anacrônico, até mesmo nostálgico e uma barreira a uma compreensão crítica do espaço. Por suas ações, a sociedade não mais aceita o espaço como receptáculo, mas sim produzimos o espaço, vivendo, atuando e trabalhando. (SMITH, 1988, p.132).

Muitas vezes a produção do espaço na Geografia adota essa visão de território enquanto receptáculo. A base territorial, enquanto horizontalidade da divisão do trabalho é tomada como o próprio conceito de território. Enquanto o espaço, a totalidade, tem posição privilegiada na discussão geográfica, a configuração territorial surge como “base do todo”.

Seja qual for o país e o estágio de seu desenvolvimento, há sempre nele uma configuração territorial formada pela constelação de recursos naturais, lagos, rios, planícies, montanhas e florestas e também recursos criados: estradas de ferro e de rodagem, condutos de toda ordem, barragens, açudes, cidades, o que for. E todo esse conjunto de coisas arranjadas em sistema que forma a configuração territorial cuja realidade e extensão se confundem com o próprio território de um país. (SANTOS, 1997a, p. 75-76).

Nessa visão de território apresentada por Santos, espaço, este sim, é a totalidade verdadeira, dinâmica. E é esse mesmo espaço, social, a base da divisão do trabalho no desenvolvimento capitalista onde a divisão territorial sempre esteve presente (SMITH, 1988, p. 152). A produção (que é sobremodo econômica) do espaço, concretamente, impõe certos ritmos de organização espacial e expressa-se materialmente nos fixos e nos fluxos, nas “categorias do método geográfico”: estrutura, processo, função e forma (SANTOS, 1985, p. 49). Produção, consumo e distribuição articulam-se (MARX, 1983, p. 208-216) reproduzindo, historicamente, no espaço, a sua própria dinâmica de relações é materializada nos objetos concretos. “A cada momento histórico, varia o arranjo desses objetos sobre o território.

O conjunto dos objetos criados forma o meio técnico, sobre o qual se baseia a produção e que evolui em função desta”. (SANTOS, 1997a, p. 111). Mas o “real” se transforma, as categorias mudam e também os conceitos devem ser revistos re-trabalhados com novas leituras e interpretações. No período atual, onde a rapidez das transformações está em um nível jamais alcançado anteriormente, repensar conceitos implica também em questionar velhas teorias.

Querer que os mesmos conceitos e teorias se apliquem a diferentes épocas do desenvolvimento econômico é andar em círculo encantado de excessiva abstração, é agredir as próprias realidades que nossos conceitos e teorias deveriam ajudar-nos a entender. O novo capitalismo não pode ser adequadamente representado e explicado pelas categorias conceituais e estruturas teóricas ora existentes. No mínimo, as novas realidades expuseram sérias falhas e lacunas em nossas teorias e, portanto a necessidade de uma substancial reconsideração. (MARTIN, 1996, p. 39).

A primazia econômica, presente nas relações de produção, redes de trocas, no valor do espaço-mercadoria, etc, induziria a um novo “determinismo”. (PASSOS e MORO, 2003, p. 8-9).

Tradicionalmente, os conteúdos da Geografia positivista e mais tarde neo-positivista, passando por Humboldt, Ratzel (e sua Geopolítica explícita e ideologicamente engajada), La Blache, Hartshorne, até o pragmatismo do planejamento territorial nos anos de 1960, já adotavam uma visão de território calcada no seu aspecto de “superfície” apenas.

Objetivamente seu conteúdo assenta-se na superfície terrestre ou no espaço terrestre - na concepção de território-, constituindo-se de fenômenos, fatos, acontecimentos revestidos de uma expressão espacial e, portanto, objetivados pela sua dimensão espacial ou, como se quer, geográfica, envolvendo suas interações, relações, combinações e conexões, capazes de criar ou dar origem a uma organização espacial ou a um processo de organização do espaço. (MORO, 1992, p. 34).

Cabe mencionar o suposto “fim” de um território econômico, ou seja, a “desterritorialização” promovida pela fase globalizante. Essa visão é adotada pela perspectiva economicista (HAESBAERT, 2002, p. 130), a mesma que enxerga o território simplesmente como localização num espaço físico concreto. Sendo que aqui, a empresa capitalista tem superados entraves e barreiras em função de questões de localização, e o próprio “local” e sua atividade econômica específica são enfraquecidos.

Carlos (2002, p. 172) vê os dois lados do processo: primeiro revelando a produção de um espaço mundial e depois representando a constituição de uma sociedade urbana. A discussão, que repensa os conceitos e noções da Geografia, influenciados pela globalização enquanto tema ou enquanto fato encontra terreno fértil tanto do ponto de vista das abordagens de matriz marxista, como nas visões mais integradoras que incorporam elementos estruturalistas e fenomenológicos.

O significado de território proveniente de uma versão de espacialização mais estrutural, espaço-totalidade, e mesmo as relações espaço-tempo, transforma-se a partir de processos que se realizam concretamente na produção econômica. A dinâmica produtiva, envolvendo fluxos de mercadorias, capitais, informações e técnicas, vê-se afetada pela velocidade intensificada, quanto maior a eficiência tecnológica.

RESULTADOS

Em se tratando de uma reflexão teórico-conceitual, não se pode mencionar resultados objetivos em termos de exemplificação prática. Entretanto, a discussão permite atingir certas considerações em torno de identificar nos conceitos de paisagem e território elementos para análise do espaço agrário. Em uma paisagem rural podem ser encontrados elementos de territorialidade econômica.

Considerando que os processos econômicos, e a economia capitalista como um todo, são responsáveis pela produção do espaço, que articula os objetos das relações sociais e de trabalho na reprodução do capital, o espaço agrário constitui sua funcionalidade na divisão social e territorial do trabalho. Se a produção do espaço é produção de objetos que articulam e organizam, nas suas funções específicas (trabalho e produção), a dimensão técnica e material (GODOY, 2004, p. 33), essa materialidade significa também uma territorialidade que por sua vez se faz representar por paisagens.

Nesse sentido, a produção econômica (e reprodução do espaço capitalista) tem uma abrangência geral, não podendo ser consideradas formas de acumulação distintas as que se encontram no âmbito rural. As políticas e os planos de desenvolvimento acabam sendo direcionados a economia em conjunto. A produção agrícola, além de responder pela demanda interna, tem seu papel funcional no comércio exterior. O desempenho da agricultura reflete diretamente no saldo de divisas do país. A consolidação do Complexo Agroindustrial articulou interesses sociais comprometidos com o processo de modernização. Como aponta Delgado (1986, p. 41), esse processo de modernização, diferenciando e excluindo grupos sociais e regiões econômicas, não homogeniza o espaço econômico nem o espectro social da agricultura brasileira.

A dinâmica agrícola foi assentada, sobretudo, através das relações intersetoriais estabelecidas na integração de capitais. Esta se deu com forte investimento tecnológico. No decorrer dos anos de 1980 e início dos anos de 1990, as restrições a novos investimentos atingem o setor rural de forma diferenciada. A seletividade dos investimentos e políticas públicas age, assim, no conjunto das cadeias produtivas (elegendo setores) e no território (privilegiando espaços e regiões). A agricultura, a partir da abertura econômica “neoliberal”, expõe-se aos ditames do

mercado internacional e passa a ser orientada por lógicas externas, ou seja, do mercado global. SANTOS (2002, p. 88-89) fala de uma “agricultura científica globalizadora”, onde a produção agrícola, exigente de técnica e informação, tem uma referência planetária, ela recebe influência daquelas mesmas leis que regem os outros aspectos da produção econômica.

O território, como base ou referencial do poder (SOUZA, 2003, p. 106-107) não pode ser prescindido. Numa economia globalizante com uma “agricultura científica” controlada por uma lógica geral externa, ainda sim, o território (mesmo do ponto de vista local) existe e persiste, ainda que na perspectiva da territorialidade. Haesbaert (2004, p. 61) destaca a ênfase na “funcionalização” e no conteúdo técnico dos territórios feito por Santos, como manifestação da perspectiva econômica que prioriza o autor. Santos (2002, p. 96-97) define o território como o “chão” e mais a população, a base do trabalho, da residência, das trocas materiais e espirituais da vida, ou seja, o território usado.

Deve-se reconhecer que a divisão do trabalho, as especializações produtivas e a própria diferenciação do capital social, esclarecem fenômenos característicos do processo de territorialidade econômica. Nessa ótica, urbano ou rural (campo ou cidade) estão entrelaçados no desenvolvimento econômico capitalista. Nessa época, de investimentos de *portfolio* (SMITH, 1988, p. 162), a diversidade de escalas coloca a sobreposição e mistura de diferentes atividades e também do controle exercido no espaço. A composição técnica e a composição orgânica do território mudam graças à cibernética, biotecnologias, novas químicas, informática e eletrônica (SANTOS, 1997b, p. 140), e isso significa também novos movimentos, novos agentes e novos objetos.

O “novo” uso do território no período técnico-científico-informacional resulta de inovações técnicas e organizacionais, que vão desde “[...] o aproveitamento dos ciclos vagos no calendário agrícola ou o encurtamento dos ciclos vegetais, a velocidade da circulação de produtos e informações [...]” (SANTOS e SILVEIRA, 2004, p. 118), apontam para transformações espaciais que convergem o aspecto econômico da territorialidade (mesmo quando vista como configuração territorial ou divisão territorial do trabalho) numa visão mais totalitária, onde os papéis e as funções é que diferenciam os espaços.

METODOLOGIA

Partiu-se da reflexão teórica pautada nos conceitos de paisagem e território no âmbito de um espaço agrário. A paisagem, compreendida como importante categoria geográfica pode ser utilizada como ponto de partida ou final das análises e interpretações da organização do espaço. Reconhecida como materialização do espaço geográfico (por diversas abordagens), a categoria articula-se com a análise territorial, sendo o próprio território “produtor de paisagens”. A correlação entre os conceitos permite discutir os mesmos conjuntamente no âmbito dos processos econômicos e ambientais sob a perspectiva rural. Uma perspectiva integradora e não excludente foi então adotada.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A paisagem consiste numa importante categoria de análise geográfica, que nas últimas décadas foi sobremaneira esquecida como tal. Muitos trabalhos reduzem-se ao seu uso terminológico e outros simplesmente ignoram o conceito que fica preterido ao espaço, território, lugar ou região. Em geral, as argumentações são fundamentadas em correntes teóricas totalmente desvinculadas com as questões ambientais. Não se pode considerar a paisagem rural somente esteticamente como uma espécie de “aparência” do espaço agrário produzido, ou seja, seu aspecto visível.

O campo, enquanto espaço agrário, ou meio rural, oferece uma multiplicidade de leituras e interpretações. A paisagem rural constitui uma das abordagens que conseguem captar os dois lados da moeda: a exploração da terra enquanto recurso econômico, e do outro lado, os recursos naturais impactados pelas atividades humanas. Na atualidade, a articulação entre o “local” e o “global” confere também às paisagens novas formas e funções. O olhar econômico (assim como o cultural e o social) não anula o fato de a paisagem constituir-se em realidade empírica e conceitual. Cada vez mais novas atividades são criadas no seio do processo produtivo, onde o tempo também se transforma, comprimindo-se, mas as distâncias continuam a ser percorridas por mercadorias, fluxos de capitais, informações, etc. (CARLOS, 2002, P. 170).

O espaço agrícola vem sendo alvo de inúmeros estudos devido sua importância e urgência, como área fornecedora de matérias-primas, alimentos, etc., essenciais aos propósitos de

desenvolvimento (MORO, 1992, p. 38-39). O planejamento regional, efetivado nas políticas públicas, acaba por adotar uma concepção de território no mínimo confusa. A base física, da própria área recortada enquanto "região", muitas vezes é subentendida como território. Faz necessário então, ampliar as possibilidades de análise regional utilizando-se conceitos de território mais abrangentes. A adoção do território, adjetivado como econômico, no espaço rural, conduz a incorporação de novas leituras do espaço rural. A paisagem rural consiste numa leitura territorial e espacial.

REFERÊNCIAS

BERTRAND, Georges. Paisagem e geografia física global: esboço metodológico. **Caderno de Ciências da Terra**. São Paulo, 13 (11-27), 1971.

BECKER, Bertha K. A geopolítica na virada do milênio: logística e desenvolvimento sustentável. In: CASTRO, Iná E. de; GOMES, Paulo C. da C.; CORRÊA, Roberto L. (Orgs.). **Geografia: conceitos e temas**. 5ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003.

CARLOS, Ana F. A. A geografia brasileira hoje: algumas reflexões. **Terra Livre**, São Paulo. Ano 18, vol. I, n. 18. 161 - 178, JAN.-JUN./ 2.002

DELGADO, Guilherme da Costa. **Capital financeiro e agricultura no Brasil**. Campinas: Editora da Unicamp, 1985.

DINIZ FILHO, Luís Lopes. Contribuições e equívocos das abordagens marxistas na geografia econômica: um breve balanço. **Terra Livre**, São Paulo Ano 18, vol. I, n. 18. 143 - 160 JAN.-JUN./ 2.002

GOMES, Paulo César da Costa. O conceito de região e sua discussão. In: CASTRO, Iná E. de; GOMES, Paulo C. da C.; CORRÊA, Roberto L. (Orgs.). **Geografia: conceitos e temas**. 5ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003.

GODOY, Paulo. Uma reflexão sobre a produção do espaço. **Estudos Geográficos**, Rio Claro, 2(1): 29 -42, junho - 2004

HAESBAERT, Rogério. **O mito da desterritorialização**: do "fim dos territórios" à multiterritorialidade. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

_____, Rogério. **Territórios alternativos**. São Paulo: Contexto, 2002.

MARTIN, Ron. Teoria econômica e geografia humana. In: GREGORY, D.; MARTIN, R.; SMITH, G. **Geografia humana: sociedade, espaço e ciência social**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1996.

MARX, Karl. **Contribuição à crítica da economia política**. 2ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 1983.

MORO, Dalton A. A organização do espaço como objeto da geografia. **Boletim de Geografia**, Maringá, 10 (01), dez.-1992.

PASSOS, Messias M. **Perspectivas de eco-história aplicada ao estudo da paisagem**. Santa Rosa: Universidad Nacional de La Pampa, 2001.

PASSOS, Messias M.; MORO, Dalton A. A geografia e as lógicas regionais. **Boletim de Geografia**, Maringá, 21(1): 1-12, 2003.

RAFFESTIN, Claude. **Por uma geografia do poder**. São Paulo: Ática, 1993.

RIBAS VILAS, Jordi. Planificación y gestión del paisaje rural. In: BOLÓS, Maria de. **Manual de ciência del paisaje: teoria, método y aplicaciones**. Madrid: Masson, 1992.

RICKLEFS, Robert E. **A economia da natureza**. 3ª ed. Rio de Janeiro: Ed. Guanabara Koogan, 1996.

SANTOS, Milton. **Espaço e método**. São Paulo: Nobel, 1985.

_____, **Metamorfoses do espaço habitado**. 5ª ed. São Paulo: Hucitec, 1997.

_____, **Por uma outra globalização**. 9ª ed. São Paulo: Record, 2002.

_____, **Técnica, espaço, tempo: globalização e meio técnico científico informacional**. 3ª ed. São Paulo: Hucitec, 1997.

SANTOS, Milton; SILVEIRA, Maria L. **O Brasil: território e sociedade no início do século XXI**. 6ª ed. São Paulo, Record, 2004.

SAQUET, Marcos A. O território: diferentes abordagens na literatura italiana. In: RIBAS, A.; SPÓSITO, E. S.; SAQUET, M. A. **Território e desenvolvimento**: diferentes abordagens. Francisco Beltrão: Unioeste, 2003.

SMITH, Neil. **Desenvolvimento desigual**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1988.

SOUZA, Marcelo J. L. de. O território: sobre o espaço e poder, autonomia e desenvolvimento. In: CASTRO, Iná E. de; GOMES, Paulo C. da C.; CORRÊA, Roberto L. (Orgs.). **Geografia: conceitos e temas**. 5ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003.